



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Em Parceria com o Ministério da Agricultura



CAP 2009-2010



Manual do Controlador

MOÇAMBIQUE

Maputo, Novembro de 2009

Documento nº 4

Presidência do INE

João Dias Loureiro

Presidente

Manuel da Costa Gaspar

Vice-Presidente

Valeriano da Conceição Levene

Vice-Presidente

Ficha técnica

Título

Manual do Controlador

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Direcção de Estatísticas Sectoriais e de Empresas

Avenida Ahmed Sekou Touré, no 21

Homepage: www.ine.gov.mz

Telefones: +258 21 492114

Fax: +258 21 492114

E-mail: azarias.nhanzimo@ine.gov.mz

Caixa Postal 493, Maputo

Colaboração

Delfina Cumbe

Monasse Jorge

Zenóbio Aramuge

Felisberto Fumo

Arlindo Mazivila

Constância Nhalivilo

Celeste Chicane

Salvador Cardoso

Controle de Qualidade

Carlos Pedro Mucavele

Júlia Cravo

Direcção da obra

Azarias Marcos Nhanzimo

Tiragem

1000 exemplares

Elaboração

Adriano A. Matsimbe

Felisberto Fumo

Comissão de Metodologia e Formação

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PRINCIPAIS INTERVENIENTES	4
3. DEFINIÇÃO, IMPORTÂNCIA E OBJECTIVOS	5
3.1- DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA.....	5
3.2- OBJECTIVOS GERAIS	5
3.3- OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	5
4. RESULTADOS ESPERADOS	6
5. ASPECTOS METODOLÓGICOS	7
5.1- CENSO ESTRUTURAL E CONJUNTURAL	7
5.2- UNIDADE ESTATÍSTICA.....	7
5.3- UNIDADE DE INQUIRição	7
5.4- CLASSIFICAÇÃO DO TAMANHO DAS EXPLORAÇÕES	7
5.5- COBERTURA.....	8
5.6- AMOSTRA	9
5.6.1- Desenho da Amostra.....	9
5.6.2- Selecção e identificação das Áreas de Enumeração (AE)	9
5.6.3- Desenho de coeficientes de expansão	10
5.7- CENSO NAS ZONAS URBANAS.....	10
5.8- MÉTODO DE RECOLHA	10
5.9- QUESTIONÁRIO	10
6. TERMOS DE REFERÊNCIA DO CONTROLADOR.....	11
6.1. PRINCIPAIS FUNÇÕES DO CONTROLADOR DO CAP	11
6.1. REQUISITOS PARA SER CONTROLADOR.....	12
6.2. REGRAS DE CONDUTA DO CONTROLADOR.....	12
6.3. Comportamento do Controlador	12
7. OBRIGAÇÕES/DEVERES, DIREITOS E PROIBIÇÕES	12
7.1. OBRIGAÇÕES/DEVERES	12
7.2. DIREITOS.....	13
7.3. PROIBIÇÕES.....	14
8. APLICAÇÃO DE SANÇÕES AOS INQUIRIDORES	14
9. PROCEDIMENTOS DO CONTROLADOR DURANTE O TRABALHO DE CAMPO	15
9.1. NAS ÁREAS DE ENUMERAÇÃO – PEQUENAS EXPLORAÇÕES	15
9.2. PROCEDIMENTOS NAS MÉDIAS EXPLORAÇÕES	17
9.3. PROCEDIMENTOS NAS GRANDES EXPLORAÇÕES	17

10. OUTROS ASPECTOS.....	19
10.1. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ENTREVISTAS.....	19
10.3. ASSESSORIA	19
11. METODOLOGIA PARA LISTAGEM	19
FASES DA LISTAGEM:	19
Identificação e certificação das AE:	19
Listagem dos Agregados familiares usando a serpentina.....	21
Seleção Aleatória de Agregados Familiares	21
Grandes Explorações no Distrito.....	21
12. SUBSTITUIÇÕES DOS AGREGADOS FAMILIARES	22
CONDIÇÕES PARA SUBSTITUIÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES:.....	22
13. CONTROLO E REVISÃO DADOS DIGITADOS	23
REVISÃO DAS ENTREVISTAS EFECTUADAS	25
ANEXO 1 – PALAVRAS INTRODUTÓRIAS DO CONTROLADOR NAS AE	29
ANEXO 2 – MODELO DO RELATÓRIO DIÁRIO DO TRABALHO DE CAMPO.....	31
ANEXO 3 – TERMOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO FINAL	32
ANEXO 4 - RESUMO DAS INSTRUÇÕES CARTOGRÁFICAS	33
ANEXO 5 – AMOSTRA POR PROVÍNCIA – ZONA SUL.....	36

1. INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico 2008-2012 (PEST 2008-2012) do Sistema Estatístico Nacional (SEN), aprovado pelo Conselho Superior de Estatística contempla, como uma das suas actividades prioritárias para o ano de 2009, a realização do II Censo Agro-Pecuário (CAP 2009-2010). A recolha de dados do CAP será realizada de **Dezembro de 2009 a Agosto de 2010**. Nele serão realizadas duas operações principais, nomeadamente entrevista geral dos módulos complementares (adicionais) e a medição de áreas a cerca de 20% dos agregados familiares com machambas, nas áreas de enumeração seleccionadas. Estas operações serão efectuadas em simultâneo, conforme o calendário definido, sendo de Dezembro de 2009 a Março de 2010 (1ª fase) e de Maio a Agosto de 2010 (2ª fase) para a zona Sul e de Abril a Agosto de 2010 para as zonas Centro e Norte do País.

A realização do CAP 2009-2010 enquadra-se também nas recomendações da FAO, entidade do Sistema das Nações Unidas coordenadora das estatísticas agrícolas. O processo do CAP seguirá a **METODOLOGIA MODULAR** (FAO, WCA 2010) (vide figura no anexo II), que consiste em i) uso dos dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007 (III RGPH), como Módulo Comum e base de amostragem (Secção G), sendo exaustivo e representativo ao nível da área de enumeração (aldeia) e ii) definição de Módulos Complementares, para os quais será desenhada uma amostra usando como base de amostragem a informação relativa ao número de agregados familiares com explorações agrícolas obtida a partir do III RGPH, com uma representatividade ao nível distrital, depois da expansão dos dados das amostras.

O CAP i) é o elemento central do Sistema Nacional de Estatísticas Agrícolas e do Sector Rural no SEN, ii) providenciará informação estatística chave para os programas do Governo designadamente para o alívio da pobreza e o desenvolvimento da segurança alimentar, os objectivos primários do Programa Alargado de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) e Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) e ii) é o projecto estratégico do PEST 2008-2012 do SEN/INE.

O I Censo Agro-Pecuário (CAP 1999-2000) de Moçambique no período pós-independência foi realizado, entre Setembro de 2000 e Julho de 2001, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em parceria com o Ministério da Agricultura (então Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, MADER). Ao contrário do CAP 2009-2010, aquele seguiu o método tradicional (WCA 2000), isto é, não modular, de desenho da amostra com base nos dados do II RGPH 1997 e com questionário extensivo arrolando todas as questões num único formulário, conforme o tamanho das explorações. A esta operação seguiu-se a realização de 4 inquéritos agrícolas anuais (TIAs), pelo Ministério da Agricultura (MINAG), o Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) e o III RGPH, entre outros. Estas operações constituem a base para a realização com sucesso, do CAP 2009-2010 pelo INE, em estreita parceria com o MINAG.

Em conformidade com a lei “*competete ao INE realizar a actividade estatística oficial do País*” (§ 2 art. 19 lei 7/96) na qual se enquadra a realização do CAP. Ao Ministério da Agricultura cabe um importante papel designadamente, o de actuar em parceria e apoio ao INE, de modo a que se tirem vantagens da utilização da experiência e dos recursos humanos, materiais e financeiros existentes nas duas instituições. Cabe igualmente um papel especial ao Ministério das Pescas, como órgão regulador do sector pesqueiro, componente integrada no III RGPH (secção de aquacultura) e no CAP. Espera-se desta instituição a alocação de recursos materiais e humanos para o bom andamento das actividades do CAP.

O CAP será realizado em todos os distritos do País e abará a campanha agrícola 2009-2010 pelo que a operação do Censo prolongar-se-á até meados do ano de 2010. O CAP actualizará a informação de natureza estrutural bem como proporcionará uma nova base de amostragem para os inquéritos infra-anuais, de que se destacam os TIAs realizados pelo MINAG e os inquéritos da pesca artesanal realizados pelo Ministério de Pescas (MP).

A realização do CAP compreende um período de preparação. As actividades preparatórias iniciaram-se no II semestre de 2008. Elas incluem, entre outras, a elaboração do Plano Director, do plano metodológico, plano operativo, a criação das Comissões ao nível central, provincial e distrital, a contratação da assistência técnica, a capacitação do pessoal de gestão e supervisão do CAP, a aquisição de equipamento e meios de trabalho e de transporte, o recrutamento do pessoal necessário para as operações de recolha de dados no campo, a capacitação do pessoal de implementação do Censo a todos os níveis, a realização do Censo Piloto, a consulta com os potenciais utilizadores, a elaboração dos questionários, dos planos de tabulação, dos manuais e de outros documentos metodológicos, a publicitação censitária e mobilização das estruturas e comunidades locais.

Dentro das actividades preparatórias destaca-se a realização do Censo Piloto, que decorreu em três províncias do País, nomeadamente Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, abrangendo zonas rurais e urbanas. Assim, no Censo Piloto foram inquiridas pequenas, médias e grandes explorações, localizadas nas zonas seleccionadas.

A experiência do CAP 1999-2000 e outras em matéria censitária e inquéritos do INE e de inquéritos agro-pecuários do MINAG acima referidos constituem, sem dúvida, premissas para o estabelecimento de metodologias e procedimentos sólidos, em linha com as recomendações de organismos internacionais especializados em estatísticas agro-pecuárias, de que se destaca a FAO.

2. PRINCIPAIS INTERVENIENTES

O CAP 2009-2010 é uma operação estatística de grande envergadura que envolverá muitos actores e intervenientes. O sucesso do CAP dependerá, em grande medida, do envolvimento e participação activa e consciente da população, dos agentes económicos, das autoridades do Governo e do Estado, das entidades locais, das associações de produtores e dos próprios produtores, utilizadores, fornecedores, e produtores dos dados.

Foram realizados vários encontros de consulta com os principais actores e intervenientes, nomeadamente, técnicos e pesquisadores de áreas relevantes, académicos, representantes das ONG's, associações, sector privado, entre outros, com vista a se discutirem os objectivos do CAP, necessidades de informação, conceitos e definições, bem como sobre o próprio conteúdo e o questionário.

É necessário potenciar a participação livre e espontânea de todos. Contudo, há que observar a lei, podendo, como último recurso, aplicar-se sanções (multas) salvaguardando o princípio de autoridade estatística.

Deve ser assegurada a cooperação técnica e financeira dos parceiros de cooperação, para apoio à execução do CAP, destacando-se o papel da FAO como líder de assistência técnica internacional, nas estatísticas agrícolas no Sistema das Nações Unidas.

O governo tem já garantido os recursos humanos necessários, desde o nível central até ao distrital, bem como as infra-estruturas físicas e outros meios para a implementação do Censo.

O INE encontra-se a trabalhar em estreita parceria com o Ministério da Agricultura (MINAG). Serão envolvidos outros utilizadores bem como fornecedores de informação, nomeadamente o Ministério das Pescas (MP), o Ministério da Administração Estatal (MAE), o Ministério da Indústria e Comércio (MIC), o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Universidades, Associações de produtores agrícolas, entre outros.

3. DEFINIÇÃO, IMPORTÂNCIA E OBJECTIVOS

3.1- Definição e importância

O Censo Agro-Pecuário é uma operação estatística para a recolha, processamento e disseminação dos dados do sector agrário. O CAP fornecerá dados de referência na base dos quais se pode fazer o juízo do sucesso das políticas e programas de desenvolvimento do Governo e diagnosticar os constrangimentos existentes no sector agrário. Os resultados do Censo permitirão monitorar de forma mais eficiente os Objectivos de Desenvolvimento de Milénio (ODM) e permitirão ao sector privado, incluindo os produtores agro-pecuários, tomarem as suas decisões empresariais.

A importância do CAP é acrescida considerando-se que o país é fundamentalmente agrícola e a constituição da República consagra a agricultura como base do desenvolvimento. Cerca de 76 % da população tem na agricultura e pecuária a sua fonte de rendimento.

3.2- Objectivos gerais

O objectivo geral do CAP é obter informação estatística actualizada sobre a estrutura agro-pecuária, bem como sobre a produção, para um melhor conhecimento da realidade. Esta informação é necessária para a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas e planos de desenvolvimento que concorram para a melhoria das condições de vida da população, para o alívio da pobreza e investigação com destaque para a Revolução Verde e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

3.3- Objectivos específicos

- Conhecer a estrutura do sector agro-pecuário designadamente, o número de unidades agro-pecuárias, tipo, distribuição espacial, tipo de propriedade, uso e aproveitamento da terra, posse e uso de meios de produção e tecnologia empregue, aos níveis nacional, provincial e distrital;
- Conhecer a produção e produtividade das principais culturas agrícolas e espécies pecuárias;
- Produzir bases de amostragem para a realização de inquéritos para a recolha de dados sobre variáveis dinâmicas não cobertas pelo censo, melhorar a produção de estatísticas correntes e contribuir para a produção de um sistema integrado de estatísticas agro-pecuárias;

- Obter informação básica para a monitoria e avaliação de planos de desenvolvimento do sector agro-pecuário de que se destaca o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI), na sua fase II;
- Obter uma base de dados actualizada sob perspectiva do género, ambiente, económica e sócio-demográfica do sector agrário;
- Obter uma base de dados que permita avaliar as mudanças estruturais ocorridas no País ao longo dos últimos 10 anos.

Os objectivos específicos do CAP 2009-2010 enquadram-se nos objectivos estratégicos específicos definidos no Plano Estratégico do SEN 2008-2012 e aprovados pelo Conselho Superior de Estatística (CSE), nomeadamente nos Objectivos Estratégicos Específicos 1.3, 1.5, 2.2, 3.1, 3.2 e 4.1..

4. RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados do CAP 2009-2010 derivam dos objectivos estratégicos específicos referidos no ponto anterior e são os seguintes:

Resultados esperados:

- Elaboradas e disseminadas as publicações de dados preliminares e definitivos ao nível nacional;
- Elaborada e disseminada a publicação de dados definitivos ao nível provincial;
- Elaborada e disseminada a publicação de estudos temáticos;
- Realizados três “workshops” centrais, para a disseminação de dados, sendo um para divulgação de dados preliminares, outro para divulgação de dados definitivos e o último para divulgação dos estudos temáticos;
- Realizados encontros com os parceiros e com os principais utilizadores da informação;
- Realizadas campanhas de sensibilização;
- Produzidas e disseminadas estatísticas com desagregação provincial e distrital;
- Produzida a base de dados estatísticos;
- Actualizados os mapas cartográficos para o CAP e inquéritos posteriores;
- Realizada a recolha de dados através de entrevista directa assistida por computador (CAPI - Computer Assisted Personnel Interview);
- Concluída a recolha de dados através de método modular, de acordo com as recomendações;
- Actualizada a base de conceitos e definições, na área da agricultura, para utilização por todos os órgãos produtores de estatística, nomeadamente ao nível do Sistema Estatístico Nacional;
- Aumentada a capacidade técnica de gestão e implementação de Censos da Agricultura dos funcionários do Instituto Nacional de Estatística e do Ministério da Agricultura, bem como dos seus serviços desconcentrados.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

5.1- Censo estrutural e conjuntural

O CAP estará orientado fundamentalmente na determinação da estrutura do sector agro-pecuário, pelo que obter-se-ão dados sobre o número de unidades agro-pecuárias, sua estrutura, superfície total, uso e aproveitamento da terra, efectivos pecuários e sua estrutura, infra-estruturas de rega, plantações permanentes, entre outra informação

Estará também orientado para a determinação de dados de conjuntura, designadamente sobre a produção e comercialização das principais culturas agrícolas e produção pecuária por via de inquirição directa ao agregado familiar (AF).

5.2- Unidade estatística

Será a exploração agro-pecuária. Esta pode ser agrícola, pecuária ou agro-pecuária.

5.3- Unidade de inquirição

Será o agregado familiar e as empresas agro-pecuárias. Em geral, as propriedades agrícolas estão associadas às famílias. Portanto, a unidade de inquirição para pequenas e médias explorações será o agregado familiar, que constitui a unidade de produção e de consumo. A unidade de inquirição para as grandes explorações será a empresa agrícola, pecuária ou agro-pecuária, ou mesmo o agregado familiar. As fontes para estas unidades de inquirição serão o III RGPH e os registos de explorações agro-pecuárias dos Serviços Distritais das Actividades Económicas (SDAE).

5.4- Classificação do tamanho das explorações

Historicamente Moçambique teve um número reduzido de explorações comerciais e um amplo número de explorações tradicionais no sector familiar. O CAP 2009-2010 irá reconhecer qual a situação envolvente actual. Não há absoluta distinção entre explorações comerciais e não comerciais. Mesmo as pequenas explorações podem vender os seus produtos. O CAP irá adoptar a classificação em **grandes, médias e pequenas explorações**.

A classificação basear-se-á na área da terra sob cultivo de culturas anuais e permanentes e número de efectivos de espécies pecuárias. Também para a classificação das explorações serão tomados em conta factores tais como o uso da rega, prática de horticultura, fruticultura.

Para os propósitos do CAP as explorações são classificadas em pequenas, médias e grandes em conformidade com os critérios que abaixo são apresentados:

Quadro 1: Factores para Classificação de explorações

Factores	Limite 1	Limite 2
Área cultivada não irrigada (ha) – (ver nota 1)	10	50
Área cultivada irrigada, Pomares em Produção, Plantações, Hortícolas, Floricultura (ha) – (ver nota 2)	5	10
Número de cabeças de Gado Bovino	10	100
Número de Caprinos/Ovinos/Suínos	50	500
Número de aves (ver nota 3)	2.000	10.000

Classificação das explorações

- ✓ **Pequena exploração:** se todos os factores forem menores que limite 1;
- ✓ **Média exploração:** se um factor for maior ou igual a valores do limite 1 e menor que o limite 2;
- ✓ **Grande exploração:** se um factor for maior ou igual a valores do limite 2.

Nota 1: Área cultivada compreende a área com culturas anuais, permanentes, área em pousio parcial e com pastagens cultivadas, não incluindo área em pastagem natural.

Nota 2: Para os casos das árvores de frutas e fruteiras novas ou em produção dispersa a sua classificação obedece à seguinte distribuição:

- a) Se o nº de árvores for de 1 até 149 deve ser considerada pequena exploração.
- b) Se o nº de árvores for de 150 a 2000 árvores deve ser considerada média exploração.

Nota 3: Em relação às aves, a exploração para ser considerada média ou grande, deve ter exercido a actividade de forma contínua, pelo menos nos últimos 6 meses.

Nota 4: Nos casos em que a exploração tenha em simultâneo actividade agro-pecuária e actividade aquícola, a exploração será classificada de acordo com o critério estabelecido para as explorações agro-pecuárias.

Nota 5: Nos casos em que a exploração é apenas aquícola, são consideradas grandes explorações, as explorações comerciais, com mais de 5 hectares e uma produção de 100 toneladas por ano. Considera-se pequena exploração aquícola aquela que tem menos de 5 hectares. Não existe critério *a priori* para distinção de médias explorações aquícolas.

5.5- Cobertura

O CAP realizar-se-á em todo o território nacional abrangendo as zonas rurais e urbanas.

5.6- Amostra

5.6.1- Desenho da Amostra

O CAP seguirá a metodologia modular tomando como módulo comum os dados do III RGPH (secção G), que servirá de base de amostragem para os Módulos Complementares. Estão definidos seis módulos complementares nomeadamente, Culturas, Pecuária, Mão-de-Obra, Aquacultura, Segurança Alimentar e Práticas de Serviços Agrícolas, sendo os dois primeiros os mais extensos e exaustivos. Para estes módulos será desenhada uma amostra bietápica e representativa ao nível distrital.

A amostra total será de aproximadamente 2.000 para as grandes e médias explorações e 35.000 para as pequenas explorações. As grandes explorações serão inquiridas na sua totalidade, isto é, a 100%. As médias explorações serão inquiridas na totalidade (100%), nas áreas de enumeração seleccionadas.

Será definida uma amostra suplementar para as explorações aquícolas, de forma a garantir a representatividade deste módulo.

A base de amostragem para as grandes explorações terá como base a informação obtida do III RGPH de 2007, bem como a informação obtida nos registos das explorações agro-pecuárias dos Serviços distritais de Actividades Económicas (SDAE), das associações dos produtores, das listagens dos agregados familiares e de outras fontes.

Serão aplicados métodos estatísticos rigorosos, podendo permitir a medição do tamanho dos erros de amostragem.

5.6.2- Selecção e identificação das Áreas de Enumeração (AE)

Esta actividade é crucial e a sua implementação depende da disponibilidade dos dados definitivos do III RGPH. Como resultado tem-se a lista de áreas de enumeração seleccionadas por distrito que posteriormente precisam de ser definitivamente confirmadas no terreno.

As áreas de enumeração serão seleccionadas dentro de cada distrito com uma proporção probabilística baseada no tamanho, onde o tamanho corresponde ao número de agregados familiares na AE. O número de áreas seleccionadas aumentará com o tamanho da população por distrito

Dentro das áreas de enumeração seleccionadas, as médias explorações serão incluídas numa base de 100%, juntamente com uma amostra fixa de 10 pequenas explorações, que serão seleccionadas de forma sistemática, com igual probabilidade de selecção. As grandes explorações serão inquiridas na sua totalidade, isto é, a 100%. Como uma considerável proporção da população das áreas urbanas também pratica agricultura, procedimentos específicos que têm em conta a presença de agregados familiares que praticam agricultura nas áreas de enumeração urbanas serão aplicados.

A cartografia censitária tem sido largamente utilizada nos trabalhos dos Censos. Antes do Censo da População foi efectuado um levantamento cartográfico e será na base deste que as áreas de enumeração seleccionadas devem ser identificadas nos mapas, o que permitirá posteriormente a apresentação infográfica dos dados, interligando os dados do CAP e os lugares nos mapas.

5.6.3- Desenho de coeficientes de expansão

Esta necessidade decorre do facto dos Módulos Complementares serem inquiridos por amostragem para as pequenas e médias explorações. Estes coeficientes permitirão a inferência (expansão) dos dados da amostra para a população total do universo, que corresponde à Secção G–Actividade Agro-Pecuária e Piscícola do Módulo Comum proveniente do Censo da População.

5.7- Censo nas zonas urbanas

No Censo Agro-pecuário 1999-2000 estava prevista a realização do mesmo nas zonas urbanas das 4 grandes cidades, nomeadamente Maputo, Matola, Beira e Nampula, mas por imprevistos diversos não foi concretizado. No CAP 2009-2010 preconiza-se a realização do Censo em áreas urbanas em simultâneo com as zonas rurais.

5.8- Método de recolha

A recolha de dados será exaustiva para as grandes explorações, que são de grande dimensão e por amostragem para explorações de pequena e média dimensão, de acordo com o definido no ponto 5.6.1(do Plano Director). Em todos os casos, a recolha será mediante entrevista directa aos produtores no local de residência ou na empresa e em cada exploração agro-pecuária, usando computadores portáteis (mini computador) com o sistema CAPI (Computer Assisted Personnel Interview). A recolha envolverá igualmente medição de áreas de cultivo, de uma amostra de pequenas explorações agrícolas. A recolha de dados será realizada por brigadas móveis dentro da província, compostas por inquiridores, controladores e motoristas.

5.9- Questionário

Desenhar-se-ão dois questionários¹: um para pequenas e médias explorações (questionário geral) e outro para as grandes explorações (questionário de grandes explorações).

Será recolhida informação sobre as características sócio-demográficas das pequenas e médias explorações, culturas, acesso aos insumos agrícolas e serviços, uso da mão-de-obra, uso de maquinaria, posse e uso da terra, irrigação, culturas anuais e permanentes, efectivos pecuários e acesso aos serviços veterinários, entre outros. Uma boa parte desta informação deverá ser recolhida tendo em conta considerandos de género e ambiente.

A informação será recolhida quer a nível da exploração ou do agregado familiar, quer a nível do produtor dentro do agregado familiar o que permitirá captar melhor a informação desagregada por sexo e permitir análises na perspectiva de género, na agricultura.

¹ Os questionários correspondem ao 'layout' visualizado no écran, uma vez que a recolha é feita directamente no mini computador.

6. TERMOS DE REFERÊNCIA DO CONTROLADOR

O Controlador é o elemento do CAP responsável pela gestão das operações de recolha de dados no campo em conformidade com regras e metodologias superiormente traçadas.

O Controlador subordina-se ao Supervisor Provincial do CAP.

6.1. Principais funções do Controlador do CAP

1. Identificar (localizar), em coordenação com as autoridades locais e ou com os guias, as áreas de enumeração onde a brigada vai trabalhar;
2. Explicar aos chefes das áreas de enumeração (AE) e aos produtores seleccionados os objectivos do CAP, a sua metodologia, o resumo do conteúdo das perguntas, bem como a importância da colaboração por parte dos agregados familiares e apelar pela sua participação;
3. Proceder à distribuição de tarefas e equipamento de trabalho pelos Inquiridores na área sob seu controlo;
4. Proceder ao acompanhamento de condução das entrevistas para se certificar da correcta aplicação da metodologia e das regras pré - estabelecidas;
5. Assessorar os Inquiridores, sempre que necessário, na solução de problemas que surgirem durante as entrevistas;
6. Organizar o trabalho de medição de áreas;
7. Proceder o controlo dos dados digitados por cada inquiridor, detectar e corrigir os eventuais erros, em caso de necessidade mandar repetir a entrevista;
8. Conjuntamente com os melhores Inquiridores da brigada (seleccionados pelo Controlador), conduzir inquéritos nas grandes explorações;
9. Reunir diariamente com os Inquiridores para analisar o trabalho realizado, apresentar os erros detectados ao grupo, corrigi-los e planificar o trabalho do dia seguinte;
10. Velar pela correcta utilização e conservação do equipamento de campo devolvível. Prestar contas sobre o uso do equipamento;
11. Entregar em tempo útil o equipamento de trabalho devolvível acompanhado pela guia de entrega;
12. Participar na elaboração e discussão dos planos de trabalho com o Supervisor Provincial e com o DSDAE.
13. Elaborar o diário do trabalho de campo (relatório diário) e o relatório final do trabalho da brigada, em conformidade com os termos de referência (ver anexo 2);
14. Em casos de infracções graves praticadas por algum Inquiridor, propor sanções;
15. Dar tarefas aos guias locais;

No Distrito, o controlador deverá trabalhar em estreita colaboração com o Director dos SDAE e com os membros da Comissão distrital do CAP.

6.1. Requisitos para ser Controlador

- Os Controladores são os melhores inquiridores destacados durante o curso de formação de inquiridores, a quem serão ministrados um curso específico sobre as suas funções e responsabilidades;
- O Controlador deve ser um técnico com formação agro-pecuária ou estatística e com uma considerável experiência em trabalhos de campo, particularmente em censos e inquéritos agrícolas;
- É recomendável que tenha no mínimo o nível médio; exceptuam-se situações de escassez deste tipo de técnicos. Contudo, se for técnico básico, deve possuir larga experiência conforme o parágrafo anterior;
- O Controlador deve ser uma pessoa idónea, responsável e com capacidade comprovada ou demonstrada de chefiar uma brigada.

6.2. Regras de conduta do controlador

São mecanismos que devem ser observados pelo controlador, ao longo do exercício das suas funções.

6.3. Comportamento do Controlador

O Controlador deve ter um comportamento exemplar, assim deve:

1. Difundir respeito, segurança e seriedade na realização das suas tarefas;
2. Apresentar-se bem disposto e difundir simpatia;
3. Ser paciente, evitar enervar-se com os erros cometidos pelos Inquiridores;
4. Ser pontual em todas as actividades em que participa devendo ser organizado;
5. Acatar as orientações superiores;
6. Ter uma postura responsável nas comunidades, observando os princípios de moral e respeitar os hábitos locais;
7. Criar condições para que haja bom ambiente de trabalho na brigada.

7. OBRIGAÇÕES/DEVERES, DIREITOS E PROIBIÇÕES

7.1. Obrigações/deveres

O Controlador tem a responsabilidade de organizar e controlar as tarefas diárias dos Inquiridores da sua brigada e manter um contacto permanente com o Supervisor, reportando-lhe sobre o progresso das actividades, os problemas encontrados, principalmente aqueles que requerem a sua intervenção.

As principais obrigações que deve cumprir são as seguintes:

1. Estudar e analisar profundamente os materiais, instruções e outros documentos pertinentes ao CAP até atingir o completo domínio e compreensão dos mesmos;

2. Ler e estudar profundamente o manual do Inquiridor e o manual do Controlador;
3. Planificar criteriosamente o trabalho;
4. Guardar sigilo do conteúdo das entrevistas em conformidade com o princípio do segredo estatístico;
5. Quando houver dificuldades no trabalho da brigada, deve sensibilizar os Inquiridores para prosseguirem com o trabalho;
6. Ser atencioso no contacto com os Inquiridores e com a população, tratando todas as pessoas com respeito e dignidade, independentemente do seu estrato social;
7. Conferir o equipamento e documentos de trabalho de campo e conservá-los adequadamente até ao fim do trabalho;
8. Saber fazer uso dos mapas para a localização das Áreas de Enumeração;
9. Prever a natureza dos problemas que poderão ser enfrentados durante o inquérito, para avaliar a complexidade do trabalho e tomar as necessárias medidas de prevenção;
10. Em coordenação com o DSDAE, organizar e planificar o trabalho de campo isto é, distribuir as tarefas por cada um dos Inquiridores tendo em conta as condições locais de trabalho, distâncias, configuração das Aldeias ou povoações, condições climáticas, etc.
11. Apoiar os Inquiridores na solução de qualquer problema ou dúvida que encontrem no seu trabalho;
12. Fazer a revisão de cada entrevista no mini computador de maneira que fiquem todas perguntas correctamente digitadas;
13. Manter a disciplina da brigada de maneira a que qualquer infracção cometida por qualquer um dos membro da sua equipa seja adequadamente repreendida;
14. Permanecer junto do pessoal sob sua responsabilidade no lugar de trabalho até a conclusão do inquérito;
15. Consultar o Supervisor Provincial (SP) para solicitar os necessários esclarecimentos que lhe permitam resolver os problemas encontrados.
16. Devolver ao supervisor todos materiais (formulários e equipamento de trabalho devolvível) recebidos para as diferentes etapas da implementação do inquérito;
17. Elaborar e enviar atempadamente o relatório das actividades desenvolvidas ao Supervisor, incluindo o diário do trabalho de campo;
18. Proceder ao pagamento dos subsídios do DSDAE e outros membros da comissão Distrital do CAP bem como aos guias locais.

7.2. Direitos

Participar na discussão de distintos problemas técnicos e organizacionais a diversos níveis hierárquicos do CAP:

1. Dirigir a equipa de Inquiridores;
2. Propor sanções aos Inquiridores que infringirem as regras;
3. Orientar o programa do motorista e da viatura que estiver alocada à brigada;
4. Usufruir de outros direitos do Controlador, incluindo o subsídio adicional de responsabilidade e chefia traduzidos em ajudas de custos.

7.3. Proibições

Os Controladores, enquanto estiverem em serviço do CAP, são proibidos de:

1. Fazer mobilização política;
2. Renunciar ao cargo, excepto por motivos de força maior;
3. Delegar as suas funções a outra pessoa, sem prévio consentimento do Supervisor Provincial;
4. Provocar discussões sobre temas políticos ou religiosos durante o trabalho;
5. Solicitar ou receber dinheiro ou géneros de pessoas alheias ao Censo, como recompensa pelo seu trabalho durante o desempenho das suas funções;
6. Adulterar os dados digitados no programa e revelar a pessoas alheias à Organização do Censo, dos dados recolhidos pelos Inquiridores, assim como mostrar os programas de digitação de dados;
7. Levar o material do CAP para locais impróprios;
8. Atrasar a entrega dos dados recolhidos, material de trabalho e relatório;
9. Atrasar o pagamento aos DSDAE's, guias locais ou chefes locais.

8. APLICAÇÃO DE SANÇÕES AOS INQUIRIDORES

Em caso de infracção cometida pelos Inquiridores, o Controlador tem autoridade na aplicação das seguintes medidas sancionais:

a) Repreensão oral ou registada

O Controlador, em conformidade com a situação faz a repreensão oral ou registada e comunica ou encaminha ao Supervisor Provincial.

b) Corte de subsídio

O Controlador propõe ao Supervisor Provincial a aplicação de sanções de corte de subsídio dos Inquiridores.

São motivos de corte de subsídio as seguintes infracções:

- Chegada tardia sistemática ou abandono do local de trabalho, sem justificação plausível;
- Faltas (excepto por motivos de doença comprovada ou outro de força maior, ex. falecimento de um membro do 1º grau da família).

c) Expulsão.

A expulsão de um inquiridor deverá ser decidida por uma comissão composta nomeadamente pelo controlador e pelo Supervisor Provincial.

São motivos de destituição dos Inquiridores as seguintes infracções:

1. Pela digitação fraudulenta de dados no programa;
2. Por embriaguez;
3. Por desobediência (que afecta negativamente o trabalho) ao seu chefe imediato ou a outro elemento da estrutura do CAP;
4. Por violação considerada grave de outras disposições contidas no manual do Inquiridor.

9. PROCEDIMENTOS DO CONTROLADOR DURANTE O TRABALHO DE CAMPO

O Controlador deverá disponibilizar aos inquiridores a informação completa da identificação da AE onde estiverem a trabalhar que lhes facilitará preencher o cabeçalho da ficha de listagem, nomeadamente:

- Província
- Distrito
- Posto Administrativo
- Localidade
- Área de Enumeração
- Aldeia/ Povoação ou Zona / Bairro
- Urbana ou Rural

9.1. Nas Áreas de Enumeração – Pequenas Explorações

Depois da adequação do plano elaborado a nível Provincial ao nível Distrital, o DSDAE e outros membros do Gabinete Distrital do CAP devem contactar o líder comunitário ou o(s) chefe(s) de aldeias ou secretários de bairros ou chefes de quarteirão para que este último faça a sensibilização aos chefes dos agregados familiares da AE seleccionada, para que aguardem pela brigada no dia marcado para a listagem e entrevistas.

Após a apresentação da brigada no SDAE e informadas as autoridades locais onde se localizam as AE's onde a brigada irá trabalhar, o Controlador e o técnico do SDAE (poderão levar os Inquiridores, caso estes estejam disponíveis) deverão dirigir-se a AE, na companhia do guia (ou dos guias) que com a sua ajuda, do mapa e do GPS deverão identificar os limites da AE e, de seguida, marcar a data e a hora da listagem e entrevistas, de modo que o guia informe todos os chefes dos AF.

O Controlador deverá dar a conhecer a metodologia do CAP, seus objectivos e algumas informações sobre os conteúdos dos questionários do CAP ao guia local.

O Controlador, depois da listagem (*vide metodologia da listagem abaixo*) dos AF de toda a AE e seleccionados os dez AF a entrevistar e para a medição de machambas, deverá fazer a distribuição equitativa e honesta pelos inquiridores. Estes, antes de se deslocarem para as entrevistas deverão registar as informações básicas dos AF que vão entrevistar, com destaque para:

- Província
- Distrito
- CAP_ID
- Coordenadas, incluindo o número do GPS
- Número da tabela de selecção

- Número do AF
- Tipo de exploração
- Nome do chefe do AF
- Sexo
- Informação sobre medição de machambas (se tem ou não tem)

Com esta informação o inquiridor irá preencher a identificação da exploração e as perguntas A12, A13 e A22 da Secção A, como indica a figura abaixo.

SECÇÃO A: IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO			
Tempo do início da entrevista <input type="text"/> : <input type="text"/>			
COORDENADAS DA EXPLORAÇÃO			
Nr. <input type="text" value="011"/>	EASTING <input type="text" value="0477788"/>	Tipo Exploracao <input type="text" value="1"/>	Número de agregados familiares classificados como pequenas <input type="text" value="019"/>
	NORTHING <input type="text" value="7125636"/>	Número do AF <input type="text" value="02"/>	Número da tabela de selecção <input type="text" value="005"/>
NÚMERO DE REFERÊNCIA <input type="text" value="00011005"/>			
A12. Nome do (a) chefe <input type="text" value="KELSON ADRIANO"/>			A13. Sexo <input type="text" value="1"/>
A13a. O AF foi encontrado? <input type="checkbox"/>		A13b. O AF foi entrevistado? <input type="checkbox"/>	
A14. Diga se: <input type="checkbox"/>	14a. Diga se: <input type="checkbox"/>	A14b. Indique o nível de ensino que frequenta ou, se já não estuda, o mais elevado que frequentou: <input type="text"/>	A14c. Completou o nível indicado na pergunta anterior? <input type="checkbox"/>
A15. Tamanho do agregado familiar <input type="text"/>	A15a. Quantos Homens <input type="text"/>	A15b. Quantas Mulheres <input type="text"/>	
A16. Idade do chefe do agregado. <input type="text"/>	A17. Nome de pessoa entrevistada. <input type="text"/>		
A18. A Exploração tem machambas? <input type="checkbox"/>	A19. A Exploração tem cajueiros ou coqueiros? <input type="checkbox"/>		
A20. A Exploração tem árvores de fruta ou fruteira? <input type="checkbox"/>	A21. A Exploração pratica aquacultura? <input type="checkbox"/>		
A22. A Exploração tem questionário de medição? <input checked="" type="checkbox"/>	A23. A Exploração cria ou criou animais? <input type="checkbox"/>		

Figura 1 – Secção A com informação facultada pelo controlador

Porque o Programa de digitação não permite que o Controlador digite apenas estas questões, as mesmas serão fornecidas em papel que será entregue ao inquiridor antes do início das entrevistas na AE. Apesar do Controlador dispor do nome do chefe do AF, o Inquiridor deverá confirmar a sua veracidade assim que começar a entrevista.

Nota: Todos os AF seleccionados em cada AE, incluindo os dois seleccionados para a medição das machambas, deverão responder as perguntas do questionário geral.

Em todos os agregados familiares seleccionados para as entrevistas, pergunta-se o número de machambas cultivadas e a sua localização (secção C). Excepcionalmente, para os dois AF seleccionados para a medição de machambas cultivadas, o controlador deve instruir os inquiridores no sentido de perguntarem sobre as distâncias onde se localizam as suas machambas (registrar respostas no bloco de notas). Mesmo procedimento devem ter, também, para casos de AF que têm tanques de aquacultura que se localizam distante no local onde é feita a entrevista. O objectivo deste conhecimento prévio é de garantir a preparação dos recursos necessários (transporte e inquiridores) para o trabalho de medição.

O controlador deve assistir alternadamente algumas entrevistas.

Toda a equipe dos inquiridores, no fim das entrevistas, irá fazer medição das machambas dos 2 AF seleccionados. A equipe poderá ser dividida em 2 grupos, ficando cada um com um AF, em função do número e da localização das machambas.

O Controlador deve acompanhar o trabalho dos inquiridores na medição das áreas das machambas.

Os guias locais devem acompanhar a equipe de medição até as machambas. Em caso de impedimento devem delegar a uma outra pessoa idónea, conhecida pelos residentes, e conhecedora do terreno.

O controlador deve solicitar aos guias locais uma assessoria sobre as condições das vias de acesso.

No fim do trabalho na Aldeia/Bairro, o Controlador deve proceder ao pagamento do guia. Deve-se evitar fazer ostentação deste processo. A importância a entregar ao guia local deve ser considerada um simples agradecimento e não pagamento pelo seu trabalho.

No fim do trabalho, agradeça a colaboração e despeça-se em nome de toda a brigada.

9.2. Procedimentos nas Médias Explorações cujos proprietários estão nas AE seleccionadas.

1. Depois da informação feita pelo SDAE ou obtida através da listagem, deve dirigir-se à sede da exploração ou à residência do proprietário/gestor, conforme a combinação em companhia do guia ou de um membro da Comissão Distrital do CAP.
2. As entrevistas podem ser feitas, na sede da exploração do produtor ou noutro local não longe da exploração.
3. Nas médias explorações (da lista do SDAE) o pré aviso deve ser de pelo menos 72 horas (3 dias).
4. O controlador deve instruir os inquiridores que caso durante a listagem identifiquem uma ME devem avisar que eles ou outro elemento da brigada voltará no dia seguinte para a entrevista.

9.3. Procedimentos nas Grandes Explorações

1. O inquérito é realizado na sede da exploração ou num dos estabelecimentos da exploração ou ainda nas residências dos gestores, onde existe a documentação da exploração, podendo-se observar o seguinte:
 - a) Somente em casos excepcionais a entrevista pode ter lugar num outro lugar; sempre que possível o inquirido deve estar munido de documentos da exploração;
 - b) O pré aviso nas grandes explorações deve ser feito por escrito pelo DSDAE, pelo menos com antecedência de 1 semana (7 dias), e deve conter o pedido da entrevista, e deve mencionar o dia e a hora da mesma incluindo o conteúdo do inquérito para permitir que o responsável da exploração se prepare. Aconselha-se que se anexe uma cópia do questionário;
2. Em cada exploração, o Controlador ou Inquiridor seleccionado para realizar a entrevista, apresenta-se ao proprietário ou gestor da exploração;

3. Após cumprimentar, e certificar-se que se trata da pessoa apropriada para entrevistar, o Controlador ou Inquiridor apresenta-se, exhibe a documentação que lhe identifica e explica os objectivos do CAP e da entrevista. Fala também da metodologia utilizada nas grandes explorações.
4. Apela à colaboração do respondente;
5. Após a entrevista agradece e despede-se em nome da equipa.

O Controlador, antes de distribuir os AF ou explorações por cada inquiridor, para a entrevista, deve fornecer a informação da identificação (Província, Distrito e número da exploração) e das perguntas A10 e A11 da secção A, seguindo as orientações já descritas para as Pequenas e Médias Explorações.

Nota 1:

1. Para explorações com mais de um estabelecimento dentro do mesmo Distrito, deve-se fazer a entrevista na sede da exploração.
2. Para explorações com vários estabelecimentos em vários Distritos da mesma província, a entrevista deverá ser feita na sede. É da responsabilidade do Supervisor Provincial ou DSDAE a identificação da sede e marcação da entrevista.
3. Para explorações com mais de um estabelecimento em várias províncias, deve-se fazer a entrevista no(s) estabelecimento(s) identificado(s) no local. Isto significa que a entrevista será feita apenas nos estabelecimentos que estão localizados dentro da província, observando também a situação descrita em 2, isto é, se a exploração tiver a sede dentro da província dever-se-á deslocar à sede onde fará a entrevista. No caso de a sede estiver fora da província dever-se-á fazer a entrevista em todos estabelecimentos da exploração, nessa província.

Nota 2:

Para explorações com mais de um estabelecimento, cada um será entrevistado e seus dados digitados individualmente.

Se o gestor possuir toda a informação de todos os estabelecimentos, a inquirição será feita apenas a ele, caso contrário, deverá se convidar todos os representantes dos estabelecimentos à sede ou os inquiridores deverão se deslocar aos respectivos estabelecimentos dependendo das facilidades de um ou outro caso.

10. OUTROS ASPECTOS

10.1. Distribuição do número de entrevistas

A distribuição do número de entrevistas que cada inquiridor deve ser feita pelo Controlador de forma justa e imparcial. Por outras palavras, realizar a distribuição de entrevistas considerando as distâncias a percorrer e a complexidade do trabalho e a necessidade de manter um espírito de equipe: *“quem terminar primeiro deve ajudar os outros”*.

10.2. Controlo de entrevistas

É vital que o Controlador realize um controlo pessoal das entrevistas de forma alternativa e permanente de cada um dos Inquiridores a seu cargo. Isto é importante pois através deste trabalho pode-se observar ou detectar possíveis erros e falhas nas entrevistas e na digitação de dados, para logo fazer-se as correcções possíveis.

Nota: As falhas que se registarem na digitação de dados, em última instância são da inteira responsabilidade do Controlador. Por isso, procure reduzir ao mínimo o seu número.

10.3. Assessoria

No decurso das entrevistas é possível que se apresentem problemas que não foram considerados no Manual do Inquiridor/Digitador. Neste caso, o Controlador deverá apoiar e assessorar os Inquiridores na busca de solução adequada do(s) problema(s) depois de uma prévia consulta ao supervisor provincial.

No caso da impossibilidade de contactar o supervisor deve encontrar uma solução local depois de uma investigação. Esta situação deverá ser discutida depois com toda a brigada na reunião de balanço e reportada logo que possível ao supervisor.

O controlador sempre deverá ter resposta para o inquiridor. Não se esqueça que o controlador é o melhor inquiridor seleccionado do curso de formação dos inquiridores.

11. METODOLOGIA PARA LISTAGEM

Fases da Listagem:

Identificação e certificação das AE:

- As brigadas devem estar munidas de Mapas ou croquis das Areas de enumeração e Áreas de Controle seleccionada.
- O chefe da brigada (Controlador) deve confirmar junto das autoridades se a brigada está perante uma AE seleccionada perguntando o nome da unidade onde se encontra inserida a AE e confrontar os elementos geográficos observados no terreno e os constantes no mapa/croquis.

- Antes de começar com o trabalho de listagem, deve se informar com as autoridades locais do número aproximado de Agregados Familiares na AE afim de repartir proporcionalmente o volume de trabalho de listagem por cada inquiridor;

Procedimentos a observar nas AE Pequenas (com menos de 50 AF)

- O controlador deve combinar a AE seleccionada com a respectiva adjacente dentro da mesma AC. O critério para a escolha da AE adjacente é, a olho nú, aquela adjacente mais habitada em relação as outras;
- Percorrer os limites da nova AE (AE Combinada) e subdividi-la em 3 sub-áreas para se fazer a listagem de AF.

Procedimentos a observar nas AE grandes (com mais de 200 AF)

- O chefe da brigada deve procurar saber o tipo de divisao administrativa da Zona/povoação e identificar as áreas, como células, zonas, unidades, quarteirões, sapandas, fumos, etc.
- A brigada de campo deve procurar saber:
 1. O número de subdivisões e as respectivas designações (célula A, B, C, ..., unidade A, B, C, ..., zona 1, 2, ... , quarteirão 1, 2, 3, ...,);
 2. Utilizando a Tabela de selecção de unidades abaixo, seleccionar apenas uma subdivisão
 3. Identificar os limites da subdivisão seleccionada com a ajuda do Guia e fazer a delimitação da mesma usando o GPS para formação do croquis da zona
 4. Se o numero de AF for inferior, deve se juntar mais uma subdivisão e proceder do modo referenciado em 3
 5. Fazer a listagem completa de agregados familiares residentes nessa subdivisão ou subdivisões.

Tabela de selecção de Unidades na (AE) - Metodologia de Selecção

Nº de divisões da AE (aldeia)	Divisão A seleccionar	Nº de divisões da AE (aldeia)	Divisão A seleccionar
2	1	10	5
3	2	11	3
4	3	12	7
5	3	13	7
6	1	14	2
7	4	15	9
8	5	16	16
9	2	17	12

Nota: Repare que caso tenhamos Célula A, B, C, D, ... , deve-se contar na mesma ordem Célula 1, 2, 3, 4, ... , respectivamente.

A metodologia para a selecção das unidades é simples, bastando para o efeito obedecer o exposto na Tabela acima.

Exemplo: A aldeia Nhiwane tem quatro (4) divisões mais pequenas que podem ser, Zonas, quarteirões, células ou povoados etc., de 1 a 4 estamos em presença de uma AE com quatro divisões mais pequenas; assim a área seleccionada seria o número um (3 da 2ª coluna) da Tabela.

Se a AE (povoação/bairro, aldeia, etc) não possui subdivisões pequenas, a equipe deve fazer a listagem em toda a AE (povoação/bairro, aldeia, etc). No fim, o controlador reenumera todos os AF

(Coluna A), começando do primeiro inquiridor (Ordem de Inquiridor na Listagem=1), até o máximo de 200 AF.

A equipa encontra-se na aldeia/bairro despovoada

Caso uma AE seleccionada esteja despovoada, por exemplo, porque a população da área migrou-se devido as cheias, ciclones, secas ou pragas, esta situação deverá ser comunicada com maior urgência possível ao INE Central para tomada de decisão sobre o procedimento metodológico.

Listagem dos Agregados familiares usando a serpentina

- Antes de se fazer a listagem, a equipa deve percorrer a área para determinar os limites da AE a ser listada com auxílio a mapas/croquis, pontos de controlo, GPS, mais eficiente para a listagem de todas as estruturas.
- O controlador deve dividir a AE em 3 sub-áreas onde cada uma será coberta por 1 inquiridor e 1 guia local
- O controlador, com ajuda do guia local deve fazer a distribuição dos 3 inquiridores pela área de enumeração após a identificação dos limites da mesma, tendo em conta que cada inquiridor deve listar aproximadamente o mesmo número de AF

O controlador deve obter informação prévia da densidade populacional com as autoridades locais e aliar as observações feitas durante a identificação dos limites da AE

- Com o mapa da AE seleccionada orientado para o Norte, o inquiridor faz a listagem dos agregados familiares de casa em casa em forma espiral de esquerda para direita;
- No fim da listagem, cada inquiridor deve entregar as fichas com listas dos chefes AF ao controlador para que este faça a harmonização (enumeração dos AF, classificação e enumeração das explorações e posterior selecção dos 13 AF.

Seleccção Aleatória de Agregados Familiares

- Lembre-se que, para a selecção de AF são considerados apenas os AF com alguma exploração agrícola.
- A selecção aleatória dos 13 Agregados familiares (10 AF efectivos onde os primeiros 2, além de entrevistas serão medidas todas as machambas e 8 para entrevistas) e os restantes 3 serão usados para efeitos de substituição, se houver necessidade;
- A selecção aleatória será feita utilizando tabelas de números aleatórios diferenciados por cada província.

Grandes Explorações no Distrito

- Dentro das AE seleccionadas, todos os agregados familiares classificados como de grandes explorações durante o processo de listagem devem ser inquiridos;
- Todos os AF das grandes explorações dentro do distrito são inquiridos;
- O Supervisor Provincial e o Director do SDAE devem actualizar a lista das grandes explorações existentes no Distrito e fornecê-la às brigadas;
- Fora da AE o controlador deve ir acompanhado pelo DSDAE (Director do Serviços de Actividades Económicas) ou técnico do SDAE.

No caso de não se conseguir encontrar o AF durante a listagem (por ausência), o inquiridor deverá fazer mais uma tentativa, ainda no dia da listagem, antes de fazer a classificação e selecção dos AF.

12. SUBSTITUIÇÕES DOS AGREGADOS FAMILIARES

O inquiridor deve envidar todo o esforço no sentido de obter informação com os 10 agregado familiar seleccionados. Havendo fracasso nesse sentido, há três agregados familiares de reserva em cada área de enumeração seleccionada e que podem ser usados para se fazer as substituições.

Condições para substituição de agregados familiares:

1. **Recusa** - Se um agregado familiar recusar responder ao inquérito.
2. **Ausências** – Se os membros do AF seleccionado estiverem ausente da sua residência por um período superior ao da permanência da equipe de recolha na AE;
3. **Membros não idóneos** - Se no agregado familiar forem encontrados menores de idade, incapacitados, mudos, etc (pessoas não idóneas) e não se prevêem que um outro membro idóneo apareça no agregado dentro do tempo de permanência da equipe de recolha na AE;
4. **Questionário incompleto** - Se um agregado familiar se recusa a cooperar (fornecer toda informação requerida) durante a entrevista (questionário incompleto) e a equipe de recolha se dispor de tempo na AE;
5. **Classificação errada das explorações** - Se houver uma má classificação das explorações, isto é, o agregado familiar é classificado como de pequena exploração aquando da listagem, mas durante a entrevista, descobre-se que se enquadra na categoria de Média ou Grande Exploração agro-pecuária, continuamos com a entrevista.

Para substituição dos AF devem-se fazer pelo menos 3 tentativas dentro do período da permanência da brigada na AE. Todas as substituições devem ser feitas pelo controlador.

13. CONTROLO E REVISÃO DADOS DIGITADOS

Ao fim do dia do trabalho de campo o Controlador tem a obrigação de recolher o mini computador para controlo e revisão, que deve ser realizado dentro da respectiva Aldeia, Bairro ou Quarteirão. Deste modo, tem-se a possibilidade de fazer as necessárias correcções ou esclarecimentos junto ao inquirido. Este processo deve ser feito no mini computador de cada inquiridor, obedecendo:

a) Conferir os mini computadores.

- Verificar se o número de entrevistas efectuadas é igual ao número de AF's ou explorações atribuídas a cada inquiridor;
- É possível que o inquiridor não tenha realizado uma entrevista, isso ocorre com frequência pela ausência ou recusa do chefe do AF ou do responsável pela exploração;
- No caso de se verificar a ausência do chefe do AF ou do responsável pela exploração, o Controlador deve orientar ao Inquiridor no sentido de realizar a entrevista à esposa/o, filho(a), capataz, administrador, ou qualquer pessoa que conheça com profundidade a gestão da exploração;
- Ao certificar que o chefe do AF ou o responsável recusa-se a dar informação requerida, deve explicar-lhe que a sua colaboração é importante para o êxito do inquérito e convencê-lo a responder ao inquérito.

Para conferir o número de entrevistas realizadas e a consistência da informação, o controlador deve:

1 - Aceder ao aplicativo e chamar a janela de entrada, digitar o código da Província, do Distrito e o CAP_id da AE onde estiver a trabalhar.

2 – Seleccionar a opção **A – Adicionar/ Modificar dados da área de enumeração** ao que abrir-se-á uma imagem idêntica a que a figura abaixo ilustra:

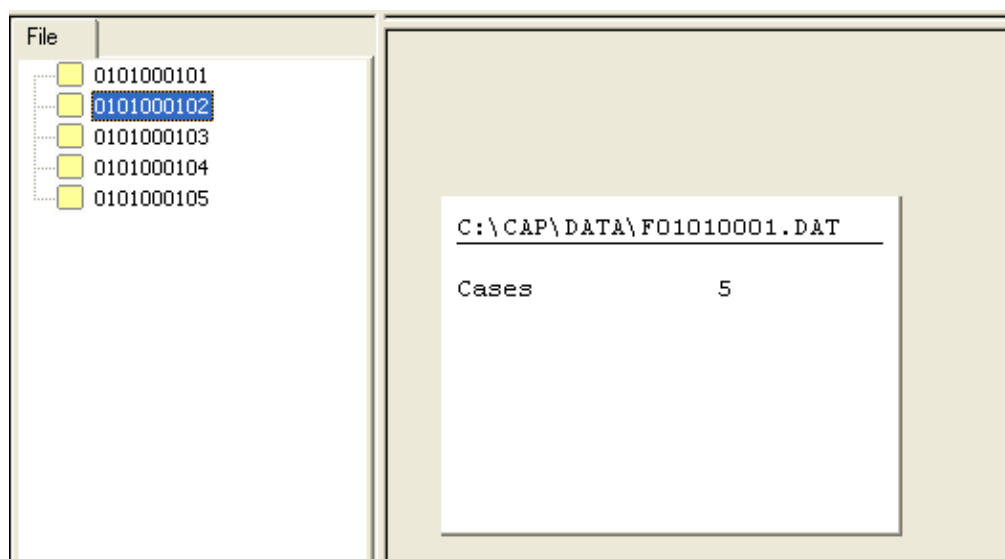


Figura 2 – Janela com indicação de número de entrevistas realizadas

A coluna a esquerda desta figura mostra várias pastas onde cada uma representa uma exploração/ AF inquirida na AE (definida pelo CAP_id, digitado no ponto 1). O Quadrado, no meio, indica o número de entrevistas (Cases) que o computador gravou. Este número deve ser igual ao número de pastas da coluna a esquerda.

Os últimos dois dígitos da denominação da pasta identificam o AF (tirado da lista dos 13 AF seleccionados na AE). O Controlador deverá fazer um *duplo clique* sobre a pasta que representa o AF onde pretende verificar os dados recolhidos pelo inquiridor.

3 – Teclar F10: Se os dados recolhidos pelo inquiridor tiverem erros ou inconsistências o programa tira a mensagem abaixo ilustrada:



Figura 3 – Mensagem de erro detectado pelo aplicativo

Nota: Neste caso, o aplicativo mostra o erro cometido na pergunta C318A.

O controlador deverá registar esse erro no seu bloco de notas e teclar em YES. Se existirem mais erros serão todos enumerados, um por um, e o controlador deverá registá-los no seu bloco de notas e teclar sempre em YES.

Depois de passar o último erro o programa mostra a mensagem:

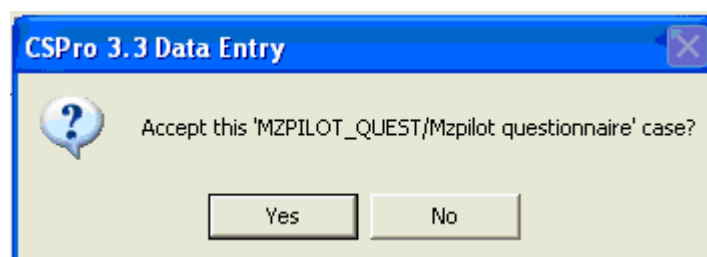


Figura 4 – Mensagem de aceitação ou não do questionário

Nota: Caso os dados tenham sido recolhidos sem erros, logo no ponto 3 (teclar F10) mostra esta mensagem.

4 – Clicar em Yes: Significa aceitar gravar o questionário tal como o inquiridor recolheu os dados.

5 – Sentar com o inquiridor, arrolar os erros encontrados e pedir a correcção dos mesmos. Caso o tipo de erro assim o exija, **obrigar o inquiridor a voltar ao AF/ Exploração** para a clarificação.

Este trabalho (passos 1 a 5) deve ser feito em cada mini computador de cada inquiridor e sempre no fim de cada dia de trabalho.

b) Verificar se as perguntas estão totalmente preenchidas

Para verificar se as perguntas estão totalmente preenchidas e com dados consistentes, o Controlador deverá percorrer todas as entrevistas dos AF, um por um, e de todos os inquiridores. Para tal, depois de abrir a pasta de um determinado AF, deverá seleccionar a opção A, como mostra a figura abaixo:

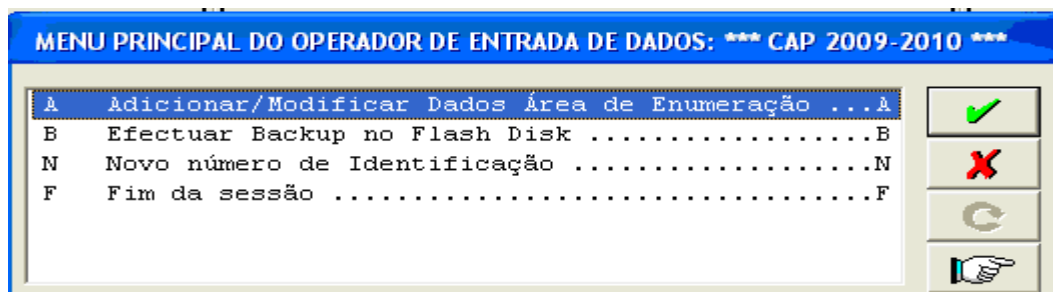


Figura 5 – Menu principal para entrada ao aplicativo

Depois, com as setas direccionais deverá percorrer todo o questionário até ao fim (secção B).

Caso encontre entrevistas parcialmente feitas, o Controlador, juntamente com o Inquiridor, devem voltar à exploração com o objectivo de comprovar as causas e continuar com a entrevista. Se necessário, entrevistar aos familiares ou outros informantes da exploração que estejam em condições de colaborar.

Caso todos os esforços resultem em vão, o Controlador deverá anotar, nas observações, as causas pelas quais não foi realizada a entrevista ou não se pode completar as perguntas.

Revisão das entrevistas efectuadas

Um dos aspectos particulares do controlo de qualidade é a verificação da consistência das respostas. O controlador não deve fazer alterações das respostas duvidosas sem antes confirmar junto ao Inquiridor e se necessário junto ao inquirido sobre a sua veracidade.

Deve também prestar atenção no tamanho médio de um questionário das **pequenas e medias explorações** totalmente preenchido no CSPRO que e de aproximadamente **23 kb** e para as **grandes explorações** o tamanho médio e de aproximadamente **15 kb**.

Também deve prestar atenção para casos de questionários gravados ou preenchidos parcialmente nestes casos aparece um + vermelho no file (Exemplo + 0101000101)

Ao rever e controlar as respostas o controlador deve seguir a seguinte sequência:

- a) Consistência Simples;
- c) Consistência dentro da Secção;
- d) Consistência entre Secções.

a) Consistência Simples

Verificação dos códigos de cada uma das entrevistas por secção. Existem dois aspectos a prestar atenção:

1. Códigos diferentes dos previstos,

Exemplo:

- Códigos fora da lista oficial dos códigos

Secção A - Código da Província, do Distrito ou da AE

Província de Niassa com código 11

- Códigos das respostas das perguntas (SIM ou NÃO) só pode ser 1 ou 2

2. Troca de códigos

Exemplo:

- Secção A troca do código de uma província, distrito e AE por outra;
- Troca do estado da colheita ou de venda de uma cultura por outra cultura. O controlador devera verificar os códigos dos possíveis estados das culturas e confronta-los com os preenchidos pelo inquiridor.

b) Consistência dentro da Secção

Dentro duma mesma secção existem perguntas que se relacionam então, o controlador deve verificar se as respostas não são contraditórias.

Exemplo no Questionário geral:

Secção D, Se a pergunta D4 tem código 1, a Quantidade vendida, D6A ou D6B, deve ser diferente de zero.

Secção F, Se em uma das culturas tem na pergunta F1 o código 2, as restantes perguntas não devem ser respondidas.

c) Consistência entre secções

Existem perguntas de uma secção que se relacionam com perguntas de outras secções.

Exemplos:

- Se a resposta registada em **A18 for 1** as Secções C, D, E e F devem ter informação;
- Se a resposta registada em **A20 for igual a 2**, a Secção G não deve ter informação;
- Se a resposta sobre *Bovinos*, registada em **I2, for superior a zero** a pergunta J1 da Secção J, sobre *Bovinos*, deve ter informação diferente de zero em pelo menos uma linha;
- Se a resposta registada em **A19 for 1** a Secção H deve ter informação.

Uma vez corrigidos todos erros, o Controlador escreve seu nome (na secção B) como sinal de confirmação de questionário “limpo”, passando nesse momento, a assumir eventuais erros do inquiridor.

14. Backup

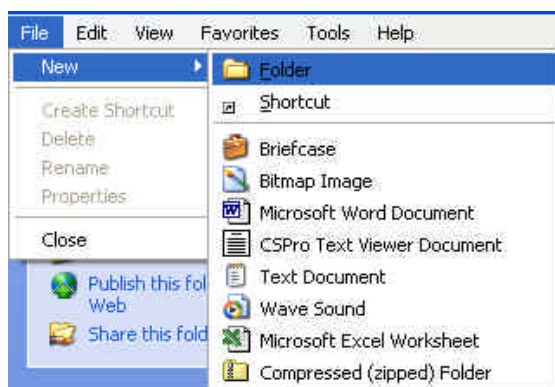
Backup é o comando que manda efectuar cópias de segurança, isto é, quando fazemos backup toda a informação digitada no disco duro é copiada para o Flash Drive.

Após efectuar o “Backup”, é conveniente confirmar se os dados foram efectivamente copiados para o Flash drive. Para isso, basta entrar na pasta “DATA” do Flash.

Para maior segurança e posterior envio dos dados ao Supervisor Provincial o controlador deverá fazer o *backup* a partir dos mini computadores de cada inquiridor para o seu.

Para executar o backup, o controlador terá de seguir os passos:

1. Ter Fash Driver (limpa, sem informação)
2. Criar uma pasta no flash com nome DATA (letras maiúsculas)
Para efectuar esta operação segue **File => New => Folder** aparecerá:



e dentro do flash,



Agora escreva em maiúsculas DATA, de seguida **ENTER** e como resultado final teremos a pasta



3. Agora o flash está pronto par receber dados, retira-o.
4. Insira no mini computador (de cada inquiridor) que contém dados das entrevistas.
5. Acesse o programa com os dados da área de enumeração que pretende efectuar Backup. Para tal, deverá aceder ao aplicativo e chamar a janela de entrada, digitar o código da Província, do Distrito e o CAP_id da AE onde estiver a trabalhar, ao que abrir-se-á a imagem indicada abaixo e o controlador deverá escolher a opção **B**.

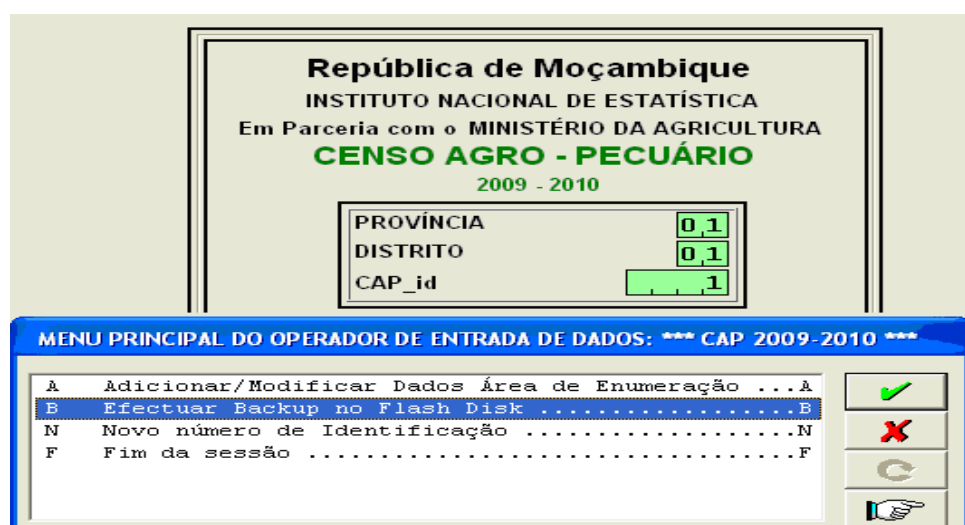


Figura 6 – Menu Principal para entrada ao aplicativo

Lembre-se:
Do bom controlo
De boa supervisão
Resulta maior qualidade de dados
Por um Censo Agro – Pecuário de
ALTA QUALIDADE!

Anexo 1 - Palavras introdutórias do controlador nas AE

Após a apresentação da brigada feita pelo DSDAE ou por um membro da Comissão Distrital do CAP, o Controlador, que é o chefe da brigada, toma a palavra e após a saudação diz:

1. Em todo o País está a ser realizado o Censo Agro - Pecuário. Este Censo consiste no levantamento dos dados da produção agrícola e pecuária;
2. No nosso País independente esta actividade está a ser realizada pela 2ª vez. O 1º Censo foi realizado em 1999.

O Instituto Nacional de Estatística em parceria com o Ministério de Agricultura são as instituições que estão a conduzir o Censo Agro – Pecuário 2009 – 2010.

O objectivo deste Censo é:

- Conhecer as condições de produção da agricultura, pecuária e aquacultura;
- Quantos produtores existem;
- Que culturas são cultivadas;
- Que quantidade de animais há;
- Que árvores de fruta e fruteiras temos no País.

Este conhecimento vai permitir:

1. Que o governo planifique e organize melhor o desenvolvimento da agricultura do país;
 2. Que se faça melhor orientação dos sectores de agricultura, após o conhecimento das potencialidades;
 3. Que os agricultores, as associações e as Explorações tenham melhor orientação à sua produção: Saibam o que se produz no País, onde se produz, o que produzir e onde produzir;
 4. Melhor orientação à política de fomento Pecuário; quanto gado importar, onde aloca-lo, que políticas de assistência pecuária, entre outras;
 5. Melhor orientação da acção dos doadores e das ONG's em prol do desenvolvimento sócio-económico do País;
 6. Melhor definição de políticas de desenvolvimento.
- O Censo não terá o objectivo de melhorar a vida das pessoas de uma maneira individual e nem de as prejudicar.
 - Todos os Países tais como África do Sul, Zimbabwe, Tanzânia, Malawi, Zimbabwe, etc. realizam esta actividade.
 - Todas as respostas serão tratadas com confidencialidade conforme a lei estatística sobretudo o artigo 14 que diz **“Todas as informações estatística de carácter individual recolhidas**

pelos órgãos produtores de estatísticas oficiais, são de natureza estritamente confidencial” Portanto, ninguém mais vai saber do que vai responder; isto quer dizer que não se arranca terra de ninguém nem bois, cabritos ou galinhas depois de responder ao inquérito.

Cobertura e amostra

Cobertura

O CAP está sendo realizado em todo o território nacional abarcando as zonas rurais, urbanas e peri-urbanas. Dado que existem duas fontes para a unidade de inquirição foram tomados cuidados para garantir a cobertura total e evitar duplicações.

Amostra

A amostra total é de aproximadamente 2.000 para as grandes e médias explorações e 35.000 a 40.000 para as pequenas explorações. As grandes explorações serão inquiridas na sua totalidade, isto é, a 100%.

O marco para as grandes explorações terá como base a informação obtida do III RGPH de 2007 bem como a informação obtida dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), das associações dos produtores, das listagens dos agregados familiares e de outras fontes.

Anexo 2 - Modelo do relatório diário do trabalho de campo

1. Distrito
2. Data e hora do início do trabalho
3. Hora do fim do trabalho
4. Área de Enumeração onde se faz o trabalho
5. Número de entrevistas realizadas
6. Número de inquiridos
7. Distância percorrida por cada viatura
8. Dificuldades/Problemas encontrados:
 - a) Técnicos
 - b) Organizacionais e logísticos
9. Como é que os problemas foram solucionados
10. Sugestões e recomendações da reunião do dia

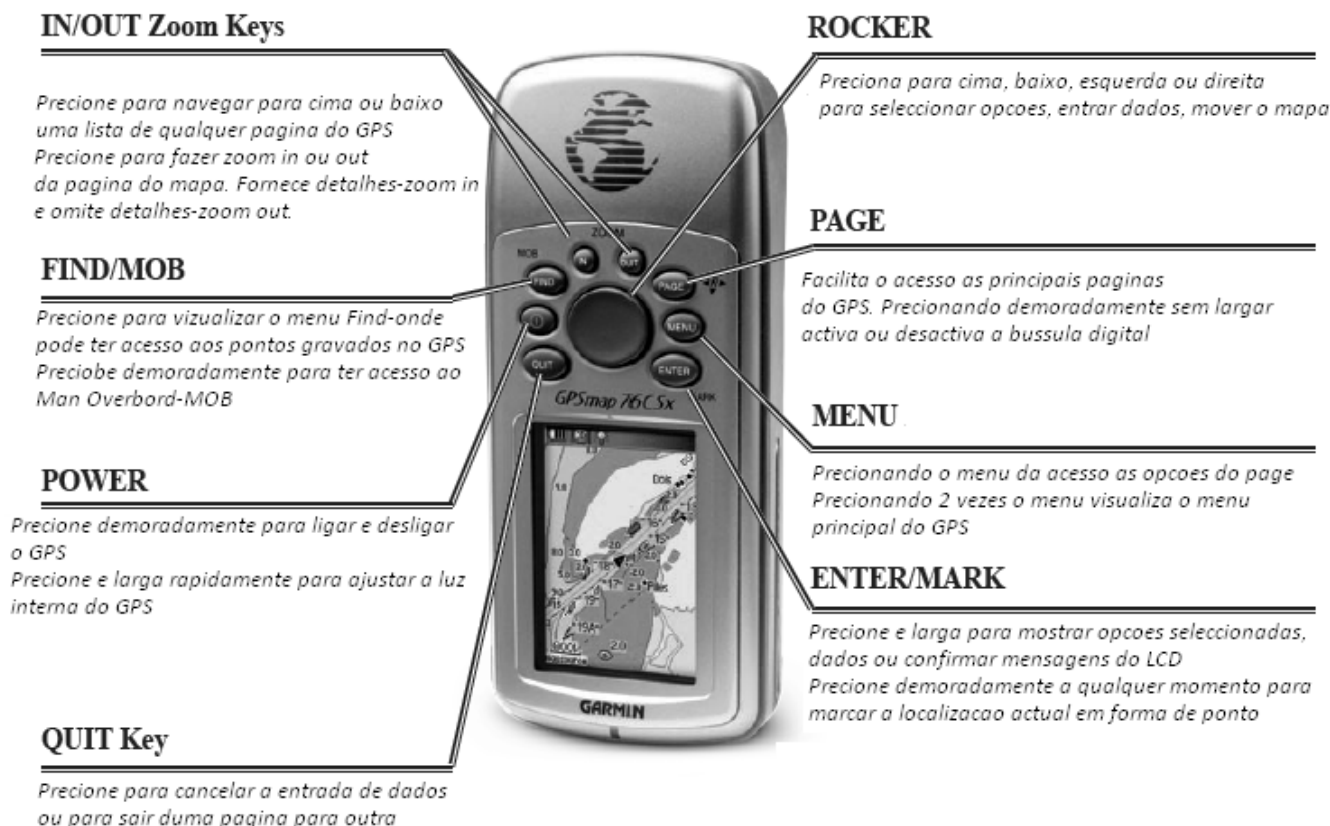
Anexo 3 – Termos de referência do relatório final

O relatório deve ter no máximo cinco páginas dactilografadas e deve ser entregue ao Supervisor Provincial.

Principais aspectos a constar no relatório

1. Trabalho realizado pela brigada:
 - a) Datas de trabalho em cada Distrito
 - b) Número de entrevistas por Distrito e total
 - c) Número de machambas medidas por Distrito e total
2. Principais problemas surgidos durante o trabalho
 - a) Técnicos
 - b) Organizacionais
3. Medidas tomadas para a resolução dos problemas
4. Avaliação da cooperação das estruturas locais: Administrador Distrital, DSDAE e chefes locais
5. Avaliação de cada inquiridor (MB – Muito Bom, B – Bom, R – Regular ou M – Mau)
6. Sugestões e recomendações

Anexo 4 - Resumo das Instruções Cartográficas



Inserir pontos de controle no GPS

Power → Enter → Enter demorado → Enter no Location → introduzir as coordenadas → Ok

Unir os pontos de controle no GPS

Precionar 2 vezes Menu → Routes → Enter → new → Enter → Select Next Point → Enter → Waypoints → Enter → Enter → Use

Navegar o limite da AE

2 vezes Menu → Routes → Enter → seleccionar a rota em causa → Enter → Navigate → Enter

Marcar a localização da pequena exploração

Power → esperar o GPS ter a posição 3D e ± 3 a 5 metros de acurácia → primir sem largar a tecla Enter → registar a coordenada → Enter

Visitar a exploração para aplicar o CAPI

Power → Find → Waypoints → Enter → Rocker até a exploração que foi seleccionada para a entrevista → Enter → **Go To**

Para ver a exploração no mapa e seguir a rota

2 Menu → Map → Enter → Seguir a rota. NB: o cursor preto representa o local onde você está

Medir a área e o perímetro da machamba

Marcar o ponto da localização da machamba

Dirija-se até o centro da machamba → Power → esperar o GPS ter a posição 3D e ± 3 a 5 metros de acurácia → primir sem largar a tecla Enter → registrar a coordenada → Enter

Marcar o track ou limite da machamba

2X Menu → seleccionar Tracks → Track Log **On**. NB: se quiser sair do limite da machamba, accionar Track Log **Off**.

Marcar os pontos de partida, intermédios e de fecho ao longo do track da machamba

Quit → Pagina dos Satélites → esperar o GPS ter a posição 3D e ± 3 a 5 metros de acurácia → primir demoradamente a tecla Enter

para marcar o ponto de partida, os pontos intermédios e o ponto de fecho

Calcular a área e o perímetro da machamba

l) 2 ROCKER? → ROCKER ? e com ENTER seleccionar **Save**. Uma mensagem vai aparecer a questionar se quer gravar **entire track [Do you want to save the entire track?]**

m) ROCKER ? seleccionar **No** com o ENTER

o) Mover o ROCKER até o **ponto** de inicio do track da machamba e precionar ENTER.

NOTA: Para visualizar o ponto utilizar o ROCKER e posicionar a seta branca sobre o ponto seguido de **Zoom in/out**. À medida que o cursor branco estiver a afastar-se do ponto faça um novo ROCKER até visualizar o ponto e **Zoom in/out**. Quando o ponto estiver visualizado, vai aparecer o número identificador do ponto e nesse momento clicar no ENTER.

p) Escolher o tempo mais **retardado** e ENTER

q) Repetir o mesmo processo, seleccionando o ponto de fecho da machamba e o tempo mais **recente** e seleccionar OK com o ENTER

r) O GPS vai automaticamente fornecer-lhe a área da machamba

s) 4 ROCKER? → ENTER no Area e seleccionar a área em **m²**

t) Multiplicar a área em **m² por 0.0001**

u) Registrar o resultado da multiplicação no CAPI

NOTA: caso a área não apareça automaticamente ao fazer o **Save**, dirija-se até o track em causa e sobre ele precionar **Menu** → ENTER (Area Calculation) → ENTER (Start) → ENTER (Stop) → Save

v) Quit para voltar a janela de **Track Log**

w) ROCKER? para seleccionar o *Track* em causa usando ENTER e renomear com o número do AF do GPS e a ordem da machamba **A, B, C** (ex: **001A**)

x) Quit → 2 ROCKER? → ENTER (*track*) → Map para visualizar o limite da machamba no mapa

Transferir dados do GPS para o computador

Ligar o GPS ao computador e correr o programa

→ Conectar o GPS ao computador e ligá-lo

→ Clicar no shortcut do DNR Garmin

→ Menu GPS → Set Port → USB

Atribuir projecção à informação do GPS

→File → Set Projection

→No **POSC Code** seleccionar EPSG e introduzir o código **32736**→ OK

Transferir e gravar a localização da exploração

→Waypoint → Download→Ok

→Seleccionar File → Save To → Save as type (*text file-txt*)

→ Gravar o ficheiro com o código da AE, seguido do código do inquiridor→ **Ok** na janela de **Save As**

Transferir e gravar o limite, a área e o perímetro da machamba

→Seleccionar Track → Download→ Ok

→Seleccionar File → Save To → Save as type (*text file-txt*)

→ Gravar o ficheiro com o código do Agregado Familiar, seguido da ordem alfabética da machamba→ Ok na janela de **Save As**

Apagar a coordenada e o track da exploração
--

Find→waypoints→Seleccionar o ponto que deseja apagar → Delete

2X Menu→ Tracks→Enter→ seleccionar o track que deseja

Anexo 5 – Amostra por Província – Zona Sul

Quadro 001: Tamanho da Amostra do CAP 2009-2010, Província de Inhambane

Província	Distrito	Agregados Familiares			AF por Área	Áreas na Amostra		
		Urbana	Rural	Total		Urbana	Rural	Total
Inhambane	CIDADE DE I'BANE	180	-	180	10	18	0	18
Inhambane	FUNHALOURO	-	160	160	10	0	16	16
Inhambane	GOVURO	20	150	170	10	2	15	17
Inhambane	HOMOINE	20	240	260	10	2	24	26
Inhambane	INHARRIME	20	220	240	10	2	22	24
Inhambane	INHASSORO	30	150	180	10	3	15	18
Inhambane	JANGAMO	-	240	240	10	0	24	24
Inhambane	MABOTE	-	160	160	10	0	16	16
Inhambane	MASSINGA	20	290	310	10	2	29	31
Inhambane	MAXIXE	210	-	210	10	21	0	21
Inhambane	MORRUMBENE	20	250	270	10	2	25	27
Inhambane	PANDA	-	180	180	10	0	18	18
Inhambane	VILANKULO	50	220	270	10	5	22	27
Inhambane	ZAVALA	20	250	270	10	2	25	27
TOTAL - INHAMBANE		590	2510	3100	-	59	251	310

Quadro 002: Tamanho da Amostra do CAP 2009-2010, Província de Gaza

Província	Distrito	Agregados Familiares			AF por Área	Áreas na Amostra		
		Urbana	Rural	Total		Urbana	Rural	Total
Gaza	CIDADE DE XAI-XAI	190	-	190	10	19	0	19
Gaza	BILENE	50	220	270	10	5	22	27
Gaza	CHIBUTO	70	230	300	10	7	23	30
Gaza	CHICUALACUALA	30	110	140	10	3	11	14
Gaza	CHIGUBO	-	110	110	10	0	11	11
Gaza	CHOKWE	70	190	260	10	7	19	26
Gaza	GUIJA	-	200	200	10	0	20	20
Gaza	MABALANE	-	130	130	10	0	13	13
Gaza	MANDLACAZE	20	290	310	10	2	29	31
Gaza	MASSANGENA	-	110	110	10	0	11	11
Gaza	MASSINGIR	-	120	120	10	0	12	12
Gaza	XAI-XAI	-	320	320	10	0	32	32
TOTAL - GAZA		430	2030	2460	-	43	203	246

Quadro 003: Tamanho da Amostra do CAP 2009-2010, Maputo Província

Província	Distrito	Agregados Familiares			AF por Área	Áreas na Amostra		
		Urbana	Rural	Total		Urbana	Rural	Total
Maputo Província	CIDADE DA MATOLA	280	-	280	10	28	0	28
Maputo Província	BOANE	40	180	220	10	4	18	22
Maputo Província	MAGUDE	30	140	170	10	3	14	17
Maputo Província	MANHIÇA	100	170	270	10	10	17	27
Maputo Província	MARRACUENE	40	170	210	10	4	17	21
Maputo Província	MATUTUINE	20	150	170	10	2	15	17
Maputo Província	MOAMBA	40	140	180	10	4	14	18
Maputo Província	NAMAACHA	30	130	160	10	3	13	16
TOTAL - MAPUTO PROVÍNCIA		580	1080	1660	-	58	108	166

Anexo 5 – Amostra por Província – Zona Sul (continuação)

Quadro 004: Tamanho da Amostra do CAP 2009-2010, Maputo Cidade

Província	Distrito	Agregados Familiares			AF por Área	Áreas na Amostra		
		Urbana	Rural	Total		Urbana	Rural	Total
Maputo Cidade	DISTRITO URBANO 1	130	-	130	10	13	0	13
Maputo Cidade	DISTRITO URBANO 2	130	-	130	10	13	0	13
Maputo Cidade	DISTRITO URBANO 3	150	-	150	10	15	0	15
Maputo Cidade	DISTRITO URBANO 4	190	-	190	10	19	0	19
Maputo Cidade	DISTRITO URBANO 5	200	-	200	10	20	0	20
Maputo Cidade	DISTRITO DE CATEMBE	110	-	110	10	11	0	11
Maputo Cidade	DISTRITO DE INHACA	100	-	100	10	10	0	10
TOTAL - MAPUTO CIDADE		1010	-	1010	-	101	0	101